

Por uma outra comunicação? A mídia livre e a busca pela efetivação dos Direitos Humanos – Uma Análise de Discursos do coletivo brasileiro Intervezes

For another communication? Free media and search for the realization of Human Rights – A Discourse Analysis of the brazilian collective Intervezes

¿Para otra comunicación? Medios libres y la búsqueda de la realización de los derechos humanos: Un Análisis del Discurso del colectivo brasileño Intervezes

Recebido: 27/12/2021 | Revisado: 02/01/2022 | Aceito: 12/04/2022 | Publicado: 16/04/2022

Mayara da Costa e Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9028-6791>

Universidade de Brasília, Brasil

E-mail: dacostamay@gmail.com

Resumo

Pesquisa feita em 2017 intitulada Monitor de Propriedade de Mídia (MOM) e organizada pela Repórteres Sem Fronteiras mostra que o Brasil apresenta os piores indicadores para a pluralidade na mídia entre 12 países em desenvolvimento. Quatro das principais redes de TV brasileiras somam mais de 71% de toda a audiência do país. Em contramão a estes conglomerados midiáticos existe o conceito de mídia livre caracterizada por ser uma mídia alternativa aos modelos de comunicação oligárquicos que compõem o cenário midiático brasileiro. Diante deste contexto o presente artigo tem como objetivo analisar os discursos que o coletivo brasileiro Intervezes faz sobre si mesmo ao se denominar como uma mídia livre e democrática. O corpus deste estudo compreende quatro textos do site oficial do Intervezes a saber: Quem somos, Carta de Princípios, Áreas de Atuação Direitos Humanos e Comunicação Pública e Popular. Ancorados sobre o pressuposto teórico metodológico da Análise do Discurso (AD) que entende que todo discurso é uma construção social com o intuito de gerar sentidos, este estudo recorre aos teóricos Benetti (2008), Ferreira (2010), Foucault (1995), Orlandi (1999), Paulillo (1997), Pinto (2002), entre outros, para abordar sobre condições de produção e formação discursiva. Também abordamos sobre comunicação e democracia a partir da visão de Chauí (2018), Kucinsky (2003), Vilela (2018) e outros. Os resultados apontam para um discurso com caráter auto afirmativo no sentido que o Intervezes se entende como um agente transformador enquanto novo meio de comunicação e deseja reforçar no leitor esse sentido.

Palavras-chave: Mídia livre; Direitos humanos; Análise de discursos; Intervezes.

Abstract

A 2017 survey entitled Media Property Monitor (MOM) and organized by Reporters Without Borders shows that Brazil has the worst indicators for media plurality among 12 developing countries. Four of the main Brazilian TV networks account for more than 71% of the entire audience in the country. Contrary to these media conglomerates there is the concept of free media characterized as an alternative media to the oligarchic communication models that make up the Brazilian media scenario. Given this context, this article aims to analyze the discourses that the Brazilian collective Intervezes makes about itself by calling itself a free and democratic media. The corpus of this study comprises four texts from the official Intervezes website: Who we are, Charter of Principles, Areas of Action Human Rights and Public and Popular Communication. Anchored on the theoretical methodological assumption of Discourse Analysis (DA) which understands that every discourse is a social construction with the aim of generating meanings, this study uses the theorists Benetti (2008), Ferreira (2010), Foucault (1995), Orlandi (1999), Paulillo (2002), Pinto (1999), among others, to address the conditions of production and discursive formation. We also approach communication and democracy from the perspective of Chauí (2018), Kucinsky (2003), Vilela (2018) and others. The results point to a self-assertive discourse in the sense that Intervezes understands itself as a transforming agent as a new means of communication and wishes to reinforce this sense in the reader.

Keywords: Free media; Human rights; Discourse analysis; Intervezes.

Resumen

Una encuesta realizada en 2017 titulada Media Ownership Monitor (MOM) y organizada por Reporteros sin Fronteras muestra que Brasil tiene los peores indicadores de pluralidad de medios entre 12 países en desarrollo. Cuatro de las principales cadenas de televisión brasileñas representan más del 71% de la audiencia total del país. Al contrario de estos conglomerados mediáticos, existe el concepto de medios libres que se caracteriza por ser un medio alternativo a los modelos de comunicación oligárquicos que conforman el panorama mediático brasileño. En este contexto, este

artículo tiene como objetivo analizar los discursos que el colectivo brasileño Intervezes hace sobre sí mismo al autodenominarse un medio libre y democrático. El corpus de este estudio está compuesto por cuatro textos de la web oficial de Intervezes, a saber: Quiénes somos, Carta de Principios, Áreas de Acción Derechos Humanos y Comunicación Pública y Popular. Anclado en el supuesto metodológico teórico del Análisis del Discurso (DA) que entiende que todo discurso es una construcción social para generar significados, este estudio utiliza los teóricos Benetti (2008), Ferreira (2010), Foucault (1995), Orlandi (1999), Paulillo (1997), Pinto (2002), entre otros, para abordar las condiciones de producción y formación discursiva. También abordamos la comunicación y la democracia a partir de la visión de Chauí (2018), Kucinsky (2003), Vilela (2018) y otros. Los resultados apuntan a un discurso autoafirmante en el sentido de que Intervezes se entiende a sí mismo como un agente transformador como un nuevo medio de comunicación y desea reforzar este sentido en el lector.

Palabras clave: Medios libres; Derechos humanos; Análisis del discurso; Intervezes.

1. Introdução

O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, diz que todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão o que inclui transmitir, procurar, receber e difundir informações e ideias por quaisquer meios. No entanto, esse papel de transmitir informações é muitas vezes relacionado às mídias de comunicação, sobretudo ao jornalismo. Em 2017 foi realizada a Pesquisa Monitor de Propriedade de Mídia no Brasil (MOM Brasil) organizada pela Repórteres sem Fronteiras (RSF). No Brasil a coordenação do estudo foi realizada pelo coletivo Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social que é uma organização que atua à favor do direito à comunicação.

Divulgada em março de 2018 a pesquisa MOM-Brasil mostra que o país apresenta os piores indicadores para a pluralidade na mídia entre 12 países em desenvolvimento. O MOM-Brasil mapeou 50 veículos de comunicação brasileiros dentre TV, rádio, mídia impressa e veículos on line. Todos eles pertencentes a grupos com interesses econômicos, políticos e religiosos. Os dados mostraram, por exemplo, que o Brasil possui quatro principais redes de TV, a Globo, SBT, Record e Band, que somam mais de 71% de toda a audiência do país.

Em contramão a estes conglomerados midiáticos existe o conceito de mídia livre que é a mídia caracterizada por ser um modelo de comunicação contra hegemônico, isto é, uma alternativa aos modelos de comunicação oligárquicos que compõem o cenário midiático brasileiro. Nesse sentido, sites ativistas, revistas, jornais, rádios, televisões comunitárias e produtores de conteúdos digitais que não possuem fins lucrativos produzem notícias que muitas vezes não são dadas pelos veículos de comunicação majoritários. Geralmente os assuntos perpassam sobre os temas de movimentos sociais, interesses acadêmicos, culturais, econômicos, políticos e sociais. Este é o caso do coletivo brasileiro Intervezes.

Diante deste contexto se faz relevante estudar a mídia livre como uma alternativa de oferecer informações à sociedade a fim de compreender como se dá a realidade midiática brasileira que é composta por veículos de comunicação detentores da maior parte das informações que circulam no país. É por isso que, parafraseando Dênis de Moraes (2003) que em seu livro “Por uma outra comunicação – Mídia, mundialização cultural e poder” aborda reflexões sobre o impacto da globalização na sociedade e da mídia, aqui neste estudo, a questão central é se a mídia livre pode ser vista como uma outra comunicação?

A partir disso, o presente artigo tem como objetivo analisar quais os discursos que o Intervezes faz sobre si mesmo quando se auto intitula como uma mídia livre e democrática. Qual reconhecimento o Intervezes faz de si mesmo? Quais produções de sentidos seus textos geram no leitor? Para a análise o corpus do estudo compreende quatro textos do site oficial do Intervezes (<https://intervezes.org.br>), a saber: Quem somos, Carta de Principios, Áreas de Atuação Direitos Humanos e Comunicação Pública e Popular. Esses foram os textos escolhidos para análise porque eles fazem parte da apresentação que o Intervezes faz ao público.

O estudo se ancora no pressuposto teórico metodológico da Análise do Discurso (AD) que entende que todo discurso é uma construção social com o intuito de gerar sentidos. Para isso recorre aos autores Benetti (2008), Ferreira (2010), Foucault (1995), Orlandi (1999), Paulillo (1997), Pinto (2002), entre outros, para conceituar discurso, condições de produção, formação

discursiva, enunciado / enunciação e sujeitos. O estudo também recorre à Chauí (2018), Kucinsky (2003), Vilela (2018) e outros autores para refletir sobre comunicação e democracia, mídia livre e comunicação e direitos humanos. Os resultados apontam que o Intervozes busca a efetivação dos direitos humanos a partir de um discurso com caráter auto afirmativo em que fala de si. Dessa maneira, um dos sentidos que o Intervozes gera no leitor é de que como o coletivo atua em prol do direito à comunicação e vai em contramão à oligarquia midiática brasileira, logo é concebido como um agente transformador enquanto novo meio de comunicação.

Assim, este artigo se estrutura em quatro partes. A primeira é esta introdução seguida da metodologia em que se explica quais os procedimentos metodológicos adotados para a análise do corpus. Na terceira parte são apresentados os resultados e discussões em que se apresentam as análises dos textos do Intervozes e seus respectivos discursos. A quarta parte apresenta as considerações finais seguidas das referências.

2. Metodologia

Para a analisar os discursos que o Intervozes faz sobre si mesmo quando se auto intitula como uma mídia livre e democrática a partir do corpus do estudo que compreende os textos do site oficial: Quem somos, Carta de Princípios, Áreas de Atuação Direitos Humanos e Comunicação Pública e Popular este estudo seguiu a linha de Análise de Discursos (AD) proposta por Orlandi (1999) e Pinto (2002) que acreditam que os discursos são práticas sociais resultantes da linguagem verbal e não verbal inseridas em determinados contextos sócio-históricos. Com isso os discursos geram diferentes sentidos e são abertos à interpretação do leitor.

Pinto (2002, p.26) explica que o analista de discurso é uma espécie de “detetive sociocultural” porque sua prática é encontrar vestígios, pistas ou marcas na superfície do texto e interpretá-los. “A análise de discursos não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica de conteúdos, mas sim em como e por que o diz e mostra. Costumo dizer que a ela interessa explicar os modos de dizer (uso comunicacional da linguagem e de outras semióticas)” (Pinto, 2002, p. 27). A partir da consideração de Pinto a análise deste estudo foi feita da seguinte maneira:

- a) Primeiramente foram definidos o corpus de análise. No caso os quatro elementos textuais a serem analisados e que estão disponíveis no site do Intervozes: Quem somos, Carta de Princípios, Áreas de Atuação Direitos Humanos e Comunicação Pública e Popular.
- b) Depois os dados foram coletados de forma que se identificassem os enunciados a serem analisados em cada texto. Cada enunciado foi identificado como E1, E2, E3, etc. Para isso foram divididos por temáticas que constam na próxima sessão deste artigo, a saber: Quem somos? O Discurso de Si do coletivo Intervozes; Carta de Princípios – O discurso de afirmação de outra comunicação; Área de atuação Direitos Humanos – O discurso de efetivação dos Direitos Humanos e Comunicação pública e popular – O discurso de defesa à mídia livre.
- c) No último momento observou-se como cada enunciado foi construído levando em consideração o contexto sócio-histórico e quais os modos de dizer encontrados nos textos

Também foi utilizada a pesquisa bibliográfica que de acordo com Stumpf (2006) é necessária em qualquer trabalho de pesquisa pois a intenção é utilizar bibliografias pertinentes sobre o assunto estudado. No caso este estudo utiliza os pressupostos teóricos de autores como Benetti (2008), Ferreira (2010), Foucault (1995), Paulillo (1997) para auxiliar na discussão sobre discurso e suas características como condições de produção, formação discursiva, enunciado / enunciação e sujeitos. Chauí (2018), Kucinsky (2003), Vilela (2018) e outros autores são utilizados para refletir sobre comunicação e democracia, mídia livre e comunicação e direitos humanos. Para isso foram utilizadas dissertações de mestrado, teses de

doutorado, livros e artigos científico publicados em anais de congressos e em periódicos científicos. Para realizar o objetivo da pesquisa e em um sentido de recorte, os enunciados discursivos aqui analisados são os que se seguem no Quadro 1 e que serão retomados durante o processo de análise:

Quadro 1 – Enunciados discursivos utilizados na análise de discursos.

Nº	Enunciado
E1	O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil.
E2	Para o Intervozes, o direito à comunicação é indissociável do pleno exercício da cidadania e da democracia: uma sociedade só pode ser chamada de democrática quando as diversas vozes, opiniões, culturas e raças que a compõem têm espaço para se manifestar.
E3	Nosso compromisso é promover o direito humano à comunicação, trabalhando para que ele seja apropriado e exercido pelo conjunto da sociedade na luta por uma sociedade democrática, justa e libertária, construída por meio da autonomia, dignidade e participação de todas as pessoas.
E4	Buscamos avançar na implementação de um sistema nacional de comunicações, com um marco regulatório balizado pelo interesse público, a diversidade e a democracia e que respeite, promova e proteja o direito humano à comunicação no Brasil.
E5	Buscamos fortalecer o movimento pelo direito humano à comunicação, em articulação e mobilização com diferentes atores; e fortalecer as lutas sociais a partir do compartilhamento de pautas e demandas com os movimentos sociais.
E6	Buscamos fortalecer a comunicação popular, comunitária, independente, alternativa e livre bem como a produção e difusão de conteúdos plurais e diversos; promovendo uma mídia mais plural, diversa e democrática.
E7	O Intervozes luta pelo direito à comunicação, a liberdade de expressão, por uma mídia democrática e uma Internet livre e plural. Para que todas as pessoas, sotaques, raças, religiões e ideias possam ser ouvidas e respeitadas. Participe desta luta!
E8	Lutamos para transformar a comunicação em um bem público; para efetivá-la como um direito humano, sem o qual não há realização plena da cidadania e da democracia.
E9	Comunicação é direito. Um processo social fundamental, uma necessidade humana básica. É fundamento de toda organização social.
E10	Somos brasileiros e brasileiras. Um coletivo que é denominador das lutas sociais que se travaram nas últimas décadas. Lutas do povo brasileiro.
E11	Sociedade e comunicação democráticas não existem uma sem a outra. Se a comunicação é fundamental à realização plena da cidadania e da democracia, a democratização da comunicação representa condição fundamental para o efetivo exercício da soberania popular.
E12	Espaço político, com capacidade de construir opinião pública, formar valores, propagar ideias e influenciar comportamentos, a mídia desempenha historicamente um duplo papel no que se refere à promoção dos direitos humanos.
E13	Por outras vezes, a mídia atua no sentido de negar o direito à liberdade de expressão de setores significativos, invisibilizando suas reivindicações por direitos.
E14	E num espaço onde poucos têm voz, não é apenas o direito à comunicação que é violado, mas os demais direitos humanos deixam de ser conhecidos, reconhecidos, reivindicados e efetivados.
E15	O Intervozes defende que a complementaridade dos sistemas público, privado e comunitário como fundamental para a Democracia no Brasil. Assim, desde o seu início o Intervozes tem apoiado, incentivado e assessorado grupos que atuam na mídia alternativa e na comunicação popular.
E16	Com ações de educação para a mídia, articulação política em redes e fóruns, litigância estratégica, advocacy e formulação de políticas públicas, o Intervozes, vem desde sua fundação, lutado em defesa da consolidação e fortalecimento das emissoras educativas, públicas, alternativas, comunitárias e livres.
E17	Os ataques recorrentes à autonomia da Empresa Brasil de Comunicação, criada em 2007, demonstram como o projeto de Comunicação pública é ainda incipiente e fragilizado pela ingerência de governos e dos setores que lucram com o modelo comercial.

Fonte: Autores com informações do Intervozes.

3. Resultados e Discussão

3.1 Noções para uma Análise de discursos

Análise de Discursos (AD) é uma metodologia científica que não trata da gramática em si, mas sim do discurso e tem a ideia de trajeto, percurso e movimento, no sentido etimológico da palavra. Por ter articulação com outras áreas das ciências humanas, especialmente a lingüística, o materialismo histórico e a psicanálise se torna complexa (Ferreira, 2010).

Orlandi (1999) explica que o discurso é uma palavra em movimento e por isso a AD não resulta em uma leitura horizontal, no sentido de tentar observar o que o texto diz do início ao fim. Na verdade, faz-se uma análise em profundidade que é possível graças à descrição e interpretação daquilo que se analisa identificando como o sujeito ou enunciador é colocado, o uso das imagens, escolhas de certas palavras, posicionamentos, etc. Assim, Orlandi (1999) explica que, na AD, ao olhar o texto, o analista encara a necessidade de reconhecer as pistas dos processos de significação e que por isso trabalha com os processos de constituição dos sujeitos e dos sentidos.

No mesmo sentido, Pinto (1999) explica que ao produzirem um texto para se comunicar, as pessoas utilizam a linguagem verbal e outros sistemas semióticos com três funções básicas: a de mostração, de interação e de sedução. “A função de mostração é construir o universo de discurso do qual seu texto fala [...] a função de interação é estabelecer os vínculos socioculturais necessários para dirigir-se ao seu interlocutor [...]. A função de sedução é distribuir os afetos positivos e negativos no qual a hegemonia reconhece ou quer ser reconhecida (Pinto, 1999, p.65).

O autor supracitado lembra que essas funções acontecem de modo integrado e que essa separação é somente para fins didáticos. Acrescenta que no texto verbal a função de mostração pode ser observada pelas escolhas lexicais e emprego de operadores referenciais como artigos, pronomes definidos ou indefinidos e quantificadores numerais ou não e advérbio. Já a função de interação, segundo Pinto (1999), pode ser verificada por operadores de modalização, como a escolha de determinadas formas e estruturas gramaticais como frases assertivas, interrogativas, voz passiva, uso de substantivos, verbos, adjetivos e advérbios com valor modal, de possibilidade, probabilidade, dever, poder ou de verbos com valor performativo como ordenar, declarar, prometer. A função de sedução é “marcada pela escolha do léxico: substantivos, adjetivos, verbos e advérbios que possam ter função avaliativa ou afetiva” (Pinto, 1999, p.68). Essas marcas observadas nos discursos é o que o autor chama de modos de dizer.

Foucault (1995) diz que a sociedade é quem promove o contexto dado ao discurso a ser analisado. O autor define que formação discursiva é estabelecida de acordo com a ordem, correlação, funcionamento e transformação de um conjunto de regularidades. Ou seja, a formação discursiva configura em um conjunto de enunciados que não se limitam a estruturas linguísticas como frases e proposições, mas estruturas textuais que compreender a um contexto, ideologia, ciência, teoria, etc.

Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. [...] Pode-se então agora, dar sentido a definição do “discurso” chamamos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história [...] (Foucault, 1995, p.135).

Foucault (1995, p.136) chama de prática discursiva “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Santos et al (2020, p.12), ao estudar sobre Foucault, acrescenta que o funcionamento das práticas discursivas também envolvem quesitos como as relações de poder, saber, verdade, e ainda, “a relação direta do discurso na constituição e produção de sujeitos”.

Nesse contexto, o jornalismo, como prática social, acompanha as mudanças e as transformações do mundo, ao passo que trabalha com o imaginário tentando identificar de que forma esse imaginário é retratado, as representações que são feitas e os efeitos de sentidos produzidos pela mídia. Benneti (2008) entende o jornalismo como um discurso, do ponto de vista comunicacional, em que o discurso está atrelado a condições específicas de produção circulação e interpretação. A autora explica que não é possível construir um enunciado sem construir por meio da linguagem uma forma complexa de articular a percepção da realidade com a interpretação do que se percebe e daquilo que se quer enunciar e, ainda, das escolhas de estratégias que permitem criar os significados. É por isso que a autora diz que

o jornalista que enuncia tem uma imagem sobre si, seu papel e sua identidade. Essa imagem está alicerçada tanto em ideais como verdade e credibilidade quanto na consciência (às vezes nem tão consciente assim, pois internalizada) sobre as condições de produção do discurso. O jornalista também tem uma imagem sobre seu leitor.” (Benneti, 2008, p.18).

Benneti (2008) também acrescenta que existem pelo menos três sujeitos em qualquer processo discursivo. São eles o enunciador, o leitor virtual e o leitor real.

Pode-se dizer que o enunciador e o leitor real são indivíduos concretos, que - seguindo a concepção de Foucault - posicionam-se dessa ou daquela maneira para falar ou interpretar. Produzem imagens sobre si e sobre o outro, mas existem na concretude do ato discursivo. Já o leitor virtual é apenas imaginado, uma figura fictícia que fica sempre no entremeio do discurso, mas crucial para o processo. Esse leitor virtual existe em qualquer ato comunicativo, mesmo nas interlocuções face a face, mas na comunicação midiática é uma figura duradoura e decisiva. É "para quem" o enunciador imagina estar falando. (Benneti, 2008, p.19).

A partir desses pressupostos teóricos é relevante compreender que analisar discursos é identificar as condições de produção do texto identificando contextos sócio-históricos e levando em considerações que os discursos possuem diferentes significados, portanto podem produzir diferenciados sentidos a partir de diferentes contextos como: quem escreve, para quem escreve, com qual intenção, que sentido quer gerar e porque a escolha de certos posicionamentos. Levando em consideração essas fundamentações teóricas que este estudo faz uma AD do coletivo brasileiro Intervezes sobre os textos que falam sobre ele mesmo.

3.2 Quem somos? O Discurso de Si do coletivo Intervezes

O primeiro texto de análise é a sessão Quem somos do site oficial do coletivo Intervezes no qual o coletivo se apresenta ao leitor. Os enunciados analisados estão expostos no Quadro 2:

Quadro 2 – Enunciados discursivos: o Discurso de Si.

Nº	Enunciado
E1	O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil.
E2	Para o Intervozes, o direito à comunicação é indissociável do pleno exercício da cidadania e da democracia: uma sociedade só pode ser chamada de democrática quando as diversas vozes, opiniões, culturas e raças que a compõem têm espaço para se manifestar.
E3	Nosso compromisso é promover o direito humano à comunicação, trabalhando para que ele seja apropriado e exercido pelo conjunto da sociedade na luta por uma sociedade democrática, justa e libertária, construída por meio da autonomia, dignidade e participação de todas as pessoas.
E4	Buscamos avançar na implementação de um sistema nacional de comunicações, com um marco regulatório balizado pelo interesse público, a diversidade e a democracia e que respeite, promova e proteja o direito humano à comunicação no Brasil.
E5	Buscamos fortalecer o movimento pelo direito humano à comunicação, em articulação e mobilização com diferentes atores; e fortalecer as lutas sociais a partir do compartilhamento de pautas e demandas com os movimentos sociais.
E6	Buscamos fortalecer a comunicação popular, comunitária, independente, alternativa e livre bem como a produção e difusão de conteúdos plurais e diversos; promovendo uma mídia mais plural, diversa e democrática.
E7	O Intervozes luta pelo direito à comunicação, a liberdade de expressão, por uma mídia democrática e uma Internet livre e plural. Para que todas as pessoas, sotaques, raças, religiões e ideias possam ser ouvidas e respeitadas. Participe desta luta!

Fonte: Autores com informações do Intervozes.

O texto geral traz informações que o coletivo surgiu em 2003 e que é formado por ativistas e profissionais com formação nas mais diversas áreas como comunicação social, direito, arquitetura, artes, entre outras. Informa que essas pessoas estão espalhadas por várias cidades brasileiras, são 15 estados e o Distrito Federal. O texto tem as expressões em destaque, em negrito: *Quem Somos*, *About us*, *Compromisso* e *Atuação Documentos*. Mas a informação de quando surgiu o coletivo só aparece no destaque em inglês – *About us* – o que gera a intenção de atrair outros leitores como os que sabem ler em inglês ou até leitores pertencentes a outros países para que eles saibam mais sobre o coletivo.

Os enunciados analisados nesta seção (E1 ao E7) revelam como o Intervozes atua e foca que o coletivo trabalha para promover direito à comunicação como mostram os enunciados. Também é possível perceber que o coletivo faz questão de se posicionar quanto a movimentos políticos e sociais deixando claro que defende uma democracia em que sejam respeitadas diversas vozes, opiniões, culturas e raças (E6).

Nesta seção, o Intervozes também explica que o coletivo é pautado por dois documentos a Carta de Princípios e o Estatuto em que a primeira fala sobre a história do coletivo e o segundo expressa como o Intervozes funciona bem como suas normas. Isso gera a sensação de que o coletivo quer mostrar ao leitor que é organizado e que somente quem concordar com suas normas pode fazer parte do coletivo.

Por se definir como uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil (E1) e ao expor que seu compromisso é promover o direito humano à comunicação (E3, E4, E5, e E7) o Intervozes faz uso do que Paulillo (1997) definiu como Discurso de Si em que o "eu" fala de si mesmo num processo auto-reflexivo. No caso, o Intervozes traz um discurso auto afirmativo em que a preocupação é mostrar ao leitor qual sua posição ideológica e o que defende se tornando um promotor do direito humano à comunicação.

3.3 Carta de Princípios – O discurso de afirmação de outra comunicação

O segundo texto de análise é a sessão Carta de Princípios em que o texto segue com a expressão em destaque (negrito) Princípios de uma outra comunicação em que o Coletivo mostra ao leitor que é o coletivo se propõe a fazer uma outra comunicação. Isso é entendível a partir dos seguintes enunciados (Quadro 3):

Quadro 3 – Enunciados discursivos: o discurso de afirmação.

Nº	Enunciado
E8	Lutamos para transformar a comunicação em um bem público; para efetivá-la como um direito humano, sem o qual não há realização plena da cidadania e da democracia.
E9	Comunicação é direito. Um processo social fundamental, uma necessidade humana básica. É fundamento de toda organização social.
E10	Somos brasileiros e brasileiras. Um coletivo que é denominador das lutas sociais que se travaram nas últimas décadas. Lutas do povo brasileiro.
E11	Sociedade e comunicação democráticas não existem uma sem a outra. Se a comunicação é fundamental à realização plena da cidadania e da democracia, a democratização da comunicação representa condição fundamental para o efetivo exercício da soberania popular.

Fonte: Autores com informações do Intervenozes.

Esta seção é reforçada pela ideia da defesa de que a comunicação é um direito humano imprescindível como previsto na DUDH (1948) (E8, E9 e E11). Os enunciados nesta seção mostram que o discurso apresentado pelo Intervenozes é um discurso de afirmação de outra comunicação. Isto é, o coletivo inclui grupos considerados como “minorias” pela sociedade os professores, a comunidade LGBTQIA+, os movimentos sociais como o movimento negro, os pequenos agricultores (E10 e E11). Essa ideia que o Intervenozes defende se configura como uma mídia livre quando comparada a ideia de conglomerados midiáticos que a pesquisa MOM-Brasil (2017) mostra ao revelar que o Brasil possui uma grande concentração midiática em que os veículos de comunicação são liderados por grupos políticos e/ou religiosos em que existem interesses econômicos por trás. Essa concentração midiática é chamada de concentração da propriedade cruzada que é quando um mesmo grupo controla diferentes veículos (MOM- Brasil, 2017).

O coletivo afirma que comunicação é direito (E8 e E9) o que vai de encontro ao que pensam Moreira ,A. de O e Moreira, M. de O (2020) ao afirmarem que comunicação é um direito em que é por meio dele que os cidadãos têm acesso a informações de seu interesse. Os autores defendem que a comunicação possibilita o exercício pleno da cidadania. Além disso, explicam que a comunicação como um direito traz demandas de caráter social, político, econômico, cultural e ideológico (Moreira ,A. de O & Moreira, M. de O, 2020).

Pompeo e Martini (2012) complementam ao afirmarem que a mídia contribui na formação e construção da democracia no país. O coletivo Intervenozes também detém esse pensamento ao expor que a sociedade e a comunicação democrática não existem semente a outra (E11) pois a comunicação é fundamental para que haja a plena cidadania e da democracia.

3.4 Área de atuação Direitos Humanos – O discurso de efetivação dos Direitos Humanos

O terceiro texto de análise é Área de atuação Direitos Humanos. Os seguintes enunciados foram analisados e estão expostos no Quadro 4:

Quadro 4 – Enunciados discursivos: o discurso de efetivação dos Direitos Humanos.

Nº	Enunciado
E12	Espaço político, com capacidade de construir opinião pública, formar valores, propagar ideias e influenciar comportamentos, a mídia desempenha historicamente um duplo papel no que se refere à promoção dos direitos humanos.
E13	Por outras vezes, a mídia atua no sentido de negar o direito à liberdade de expressão de setores significativos, invisibilizando suas reivindicações por direitos.
E14	E num espaço onde poucos têm voz, não é apenas o direito à comunicação que é violado, mas os demais direitos humanos deixam de ser conhecidos, reconhecidos, reivindicados e efetivados.

Fonte: Autores com informações do Intervezes.

Nesta seção o Intervezes mostra as parcerias e ações que faz e participa e as cita: Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, a Rede Mulher e Mídia, a Plataforma DHESCA e o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Também diz que o Intervezes participou ativamente das Conferências Nacionais de Direitos Humanos e da Conferência Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2006, em que contribuiu na formulação dos capítulos relativos à mídia e à comunicação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3) (Intervezes, 2003).

Aqui nesta seção o Intervezes reforça ligação entre comunicação e direitos humanos e por isso faz um discurso de efetivação dos direitos humanos em que se denomina ao leitor como um espaço para construir opiniões públicas e defensor da liberdade de expressão como identificam os enunciados desta seção (E12, E13 e E14). O Intervezes reforça também um discurso de que é um coletivo em prol dos direitos humanos, da comunicação e da democracia o que vai de encontro ao pensamento de Chauí (2018) ao afirmar que a democracia é a forma sociopolítica em que as lutas de classe e o caráter popular do poder pode ter espaço. É nesse mesmo sentido que Vilela (2018) defende que ao se falar de direito à comunicação não se pode pensa-lo apenas como a liberdade de ter / emitir opinião e transmitir / receber informações, mas que tem que se pensar também no “direito de poder produzir e difundir informações e contar com um ambiente plural e diverso para a realização plena dessa liberdade de informar e ser informado” (Vilela, 2018, p. 13).

3.5 Comunicação pública e popular – O discurso de defesa à mídia livre

O quarto e último texto analisado é a sessão de Comunicação pública e popular em que foram analisados os enunciados seguintes dispostos no Quadro 5:

Quadro 5 – Enunciados discursivos: o discurso de defesa à mídia livre.

Nº	Enunciado
E15	O Intervezes defende que a complementaridade dos sistemas público, privado e comunitário como fundamental para a Democracia no Brasil. Assim, desde o seu início o Intervezes tem apoiado, incentivado e assessorado grupos que atuam na mídia alternativa e na comunicação popular.
E16	Com ações de educação para a mídia, articulação política em redes e fóruns, litigância estratégica, advocacy e formulação de políticas públicas, o Intervezes, vem desde sua fundação, lutado em defesa da consolidação e fortalecimento das emissoras educativas, públicas, alternativas, comunitárias e livres.
E17	Os ataques recorrentes à autonomia da Empresa Brasil de Comunicação, criada em 2007, demonstram como o projeto de Comunicação pública é ainda incipiente e fragilizado pela ingerência de governos e dos setores que lucram com o modelo comercial.

Fonte: Autores com informações do Intervezes.

Nesta seção o Intervezes mostra que desenvolve projetos como a série Vozes Silenciadas e a série Direitos de Resposta na tentativa de mostrar ao leitor que o coletivo incentiva e apoia grupos que atuam na mídia alternativa (E15). Kucinski (2003) explica que os termos jornalismo alternativo ou imprensa alternativa, o qual este estudo se refere como mídia livre, tem a ver com as experiências jornalísticas alternativas aos grandes meios de comunicação que iam contra o que se propagava na época da ditadura militar brasileira nos anos 1964 em que se havia uma forte censura aos meios de comunicação.

Na mesma linha de pensamento sobre mídia alternativa Pasquinelli (2002) usa o termo midiativista para explicar que este tem a ver com pessoas que trabalham na mídia e que são movidas pela solidariedade e lutas que os unem. No mesmo sentido, os autores Braighi e Câmara (2018) complementam ao explicar que a expressão mídia alternativa pode incluir outras concepções como midiativismo e experiências pessoais e em grupos. Isso é visto por exemplo nos discursos entoados pelo Intervezes ao afirmar que é um coletivo movido pelas lutas e causas sociais.

4. Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo analisar os discursos que o coletivo brasileiro Intervezes faz sobre si mesmo ao se denominar como uma mídia livre e democrática na tentativa de responder se a mídia livre pode ser vista como uma outra comunicação? Para isso foram analisados enunciados de quatro textos do site oficial do Intervezes: Quem somos, Carta de Princípios, Áreas de Atuação Direitos Humanos e Comunicação Pública e Popular na tentativa de responder qual reconhecimento o Intervezes faz de si mesmo? Quais produções de sentidos seus textos geram no leitor?

Os resultados mostraram que o Intervezes possui discursos de caráter auto afirmativo e transformador no sentido que, ao se denominar e se entender como um novo meio de comunicação, se enxerga como capaz de trazer transformações para a sociedade a partir do tipo de jornalismo que faz e defende. Assim o coletivo brasileiro Intervezes se reconhece como uma mídia livre, democrática, transformadora, defensora dos direitos humanos, sobretudo o da comunicação. A partir dos enunciados analisados também se verificou que o Intervezes tenta reforçar, a todo momento, que por ser um coletivo de comunicação e por defender os direitos humanos tem o objetivo de atrair pessoas das mais variadas raças, classes sociais, gênero, formações acadêmicas ou não, etc. O coletivo além de se preocupar em explicar ao leitor porque é considerado como uma mídia livre, também mostra em seus discursos a preocupação de reforçar que busca, de fato, a efetivação desses direitos humanos e que a mídia livre pode ser uma alternativa para isso. Com os resultados, é possível compreender que a mídia livre como o Intervezes, diante dos conglomerados midiáticos que o Brasil possui, está em busca de uma nova comunicação, um novo modelo de fazer jornalismo, como o próprio coletivo explica. Logo, respondendo à pergunta central deste estudo, a mídia livre pode sim ser considerada uma nova comunicação desde que se entenda que ela é uma alternativa às mídias tradicionais que fazem parte do conglomerado midiático brasileiro. Portanto, as mídias livres possuem seus próprios objetivos, valores e normas.

A partir disso, este trabalho tenta contribuir, principalmente de forma empírica, para que haja mais discussões e trabalhos que permeiem a literatura científica brasileira sobre comunicação, mídia livre e Direitos Humanos. Até mesmo porque com os resultados obtidos compreende-se que a existência de mídias livres também corrobora para que a mídia brasileira não seja tão concentrada e para que haja mais pluralidade de mídias. Nesse viés, sugere-se que novos trabalhos sejam realizados para dar continuidade acerca deste assunto e, até mesmo, para responder outras perguntas que este trabalho não pôde contemplar, como por exemplo, como as mídias livres atuam diante do contexto atual das plataformas de mídias sociais digitais como Instagram, Facebook, Tik Tok? Quais as percepções dos públicos sobre as mídias livres? Quais os maiores desafios que as mídias livres enfrentam para se consagrarem justamente como mídias livres? Essas e outras questões são relevantes para se compreender a realidade das mídias livres no Brasil.

Referências

- Benneti, M. (2008). *O jornalismo como gênero discursivo*. Revista Galáxia, 15, 13-28.
- Braighi, A. A. & Câmara, M. T. (2018). O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual. In: A. A. braighi, c.h lessa & m.t câmara (Orgs.). *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática*. Belo Horizonte: CEFET.
- Chauí, M. (2018). *Comunicação e democracia*. In: J. H da R. Bernardo (Org). *Comunicação e Direitos Humanos* (pp. 7-15). Minas Gerais: Associação Henfil Educação e Comunicação.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH). (1948). <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID>
- Ferreira, M. C. L (2010). *Análise do discurso e suas interfaces - o lugar do sujeito na trama do discurso* . Revista Organon, 24(48), 1-12.
- Foucault, A. (1995). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Intervezes. 2003. *Quem somos*. Recuperado de <https://intervezes.org.br/quem-somos/>
- Intervezes. 2003. *Carta de Princípios*. <https://intervezes.org.br/quem-somos/carta-de-principios/>
- Intervezes. 2003. *Áreas de atuação Direitos Humanos*. <https://intervezes.org.br/direitos-humanos/>
- Intervezes. 2003. *Comunicação Pública e Popular*. <https://intervezes.org.br/comunicacao-publica/>
- Kucinsky, B. (2003). *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Monitor de Propriedade de Mídia Brasil –MOM- Brasil. (2017). *Media*. Recuperado de <https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/> em 10 de maio de 2021
- Moreira, A. de O & Moreira, M. de O. (2020). A Comunicação como um Direito Humano. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 6(4), 17-35.
- Orlandi, E. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- Paulillo, R (1997). As modalizações do dizer no discurso de si. *Intercâmbio* (Porto),6, 727-736.
- Pasquinelli, M. (2002). *Mediactivismo: activismo en los médios - estrategias y prácticas de la comunicació independiente*. Roma: Derive Appodi.
- Pinto, M. J. (2002). *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Editores.
- Pompéo, W. A. H & Martini, A. J. (2012, maio-junho). O papel da mídia na construção da democracia, cidadania e justiça no mundo globalizado: um estudo voltado aos efeitos das ações de imprensa e micropolíticas fundadas no espaço local. *Anais do I Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade em Mídias e Direitos da Sociedade em Rede*, Santa Maria, RS, Brasil ,1.
- Santos, A. P. da S. . & Estevam, H.M. & Marques. (2020). O legado de W. Michel Foucault à Análise do Discurso. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*. [S. l.], v. 9, n. 10. <https://www.rsjournal.org/index.php/rsd/article/view/11300>
- Stumpf, I. R. G. (2006). Pesquisa bibliográfica. In: J. Duarte & A. Barros (Orgs). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação* (pp.236-252). São Paulo; Atlas.
- Vilela, P. R. (2018). Democratização da comunicação – o que é? In: J. H da R. Bernardo (Org). *Comunicação e Direitos Humanos* (pp. 42-52). Minas Gerais: Associação Henfil Educação e Comunicação.